

**IMPrensa E MEDO BRANCO.
A CRIMINALIZAÇÃO DOS PEQUENOS QUILOMBOS
SERGIPANOS (1871/1876)**

Igor Fonsêca de Oliveira*

Grande parte dos historiadores, quando se dedicaram a pesquisar a escravidão no Brasil, privaram-se de estudar as pequenas revoltas escravas e os quilombos menores. Ganham ênfase, assim, apenas as grandes insurreições e os grandes quilombos. Os mocambos e as revoltas que logo foram sufocadas pelo aparelho repressor ficaram durante anos relegados, por serem considerados de menor importância e de pouca contribuição para o processo histórico que se desenrolaria a partir dali.

O objetivo geral deste trabalho é apresentar noticiário da imprensa e outras atitudes dos grupos sociais dominantes na província de Sergipe D'el Rey, no século XIX, contra essa experiência negra de luta.

De acordo com o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda (2004), quilombo advém do quimbundo (língua dos bantos de Angola), que significa povoação. E mocambo quer dizer, na mesma língua, cumeeira, que no nordeste brasileiro ficou com o sentido de habitação miserável, cabana.

Em sua obra *A Sociedade Libertadora Cabana do Pai Thomaz*, a historiadora e pesquisadora Maria Nely (Aracaju: J. Andrade, 1997: 112), ao retratar os caminhos para a liberdade na província, defende a importância de se recolocar a denominação *mocambo* no seu verdadeiro contexto. Concordo com a posição da autora e optei neste trabalho por utilizar o termo mocambo ao me referir a tais núcleos de negros fugidos na província sergipana.

O mocambo constitui abrigo, ambiente onde o negro fugido buscaria refúgio. Construído com palhas secas ou materiais achados nas florestas, tomava a forma de um telhado, um cume. Desta maneira, pode-se dizer que o quilombo é uma macro-estrutura, uma confederação de mocambos.

No século XIX, eles estiveram mais presentes em Sergipe, na região fértil da Zona do Cotinguiba, que agrupava não somente o maior número de engenhos, mas também captava uma alta densidade populacional escrava.

Em nota intitulada “Abolição da Escravatura no Brasil”, o *Jornal do Aracaju*, em 27 de dezembro de 1871, fazia referência à matéria publicada no periódico português *Jornal da Noite* acerca da promulgação da lei nº 2040, de 28 de setembro do mesmo ano, apelidada posteriormente de Lei do Ventre Livre.

O Brasil libertou os escravos. O governo propoz, o corpo legislativo aprovou, a nação applaúdiu e a história universal registrará em páginas de ouro este immortal triumpho da civilização brasileira, esta gloriosa homenagem á liberdade e ao evangelho. (nº 226, p.03)

Muitos foram os jornais estrangeiros que tiveram suas matérias transcritas em periódicos brasileiros, comentando a referida lei: o jornal inglês *Daily-News* escreveu, em 3 de setembro de 1872, que “o jubileu do Império brasileiro foi com muito acerto acolhido por um grande ato de libertação”.(Idem)

O projeto de lei apresentado à Câmara dos Deputados em maio de 1871 desencadeou um amplo debate nacional acerca da reforma da escravatura. Após meses de intensos debates, foi levado à votação, em 27 de setembro de 1871, sendo aprovado no dia seguinte. Pela primeira vez na história negra brasileira, os escravos adquiriam o direito de galgar sua liberdade através do pecúlio, tornavam-se também de condição livre todos de propriedade do Estado.

Porém, os efeitos esperados não foram colhidos de imediato, como a sociedade abolicionista ansiava. Por sua vez, a ineficiência dos fundos de emancipações e da lei em geral faria emergir novos conflitos na sociedade escravista brasileira. A ansiedade explodiu, materializando-se em forma de rebeldia; as fugas e as insurreições tornaram-se cada vez mais parte do cotidiano das províncias. Os asenzalados identificavam as brechas da legislação brasileira; suas interpretações - eivadas pela esperança da libertação - se chocavam com a visão gradual e lenta do abolicionismo brasileiro.

É diante dessa realidade que o então Presidente da Província, Luiz Álvares Azevedo Macedo, reclamou, em 4 de março de 1872, na Assembléia Legislativa local, da falta de segurança individual e de propriedade com que viviam os sergipanos desde a promulgação da lei do Ventre Livre.

Alguns escravos mal aconselhados e imbuídos da idéia de que se acham todos livres do cativo pela lei nº 2040 de 28 de setembro e que não gozam de suas liberdades porque os seus senhores a isso se opõe, se tem refugiado nas matas, e reunidos em quilombos, sabem de vez em quando de seus esconderijos, e pelas povoações e pelas estradas cometem roubos, espancam vítimas de seus latrocínios e já algumas mortes tem cometido. O susto e a desolação tem assaltado o povo, que vê em perigo a sua vida e a sua propriedade, e com instancia se pede ao governo remédio para tão grande mal. (Idem, nº246, 05/05/1872:04)

A partir desse momento, tornaram-se cada vez mais presentes, nas documentações oficiais dos presidentes da província, como também nos jornais, reclamações e notícias sobre o surgimento de quilombos por todo território sergipano. Estes alterariam a realidade pacífica da província - tão aclamada pelos chefes policiais nos relatórios anuais - pois, juntamente com esses núcleos, emergia a Síndrome do Medo Branco e todos os estereótipos que pudessem justificar a coisificação proposta pela sociedade escravista.

O *Jornal do Aracaju* escreveu, em 20 de dezembro de 1871, sobre o estado assustador com que se encontra a cidade de Laranjeiras, devido “a reunião de quilombos nas matas dos engenhos ali próximos”. (Idem, nº 225, 20/12/1871: 02)

A inexistência de praças no corpo policial é apontada como a principal causa da sobrevivência desses núcleos na região. Essa situação

não facilita a adoção de uma medida como exigem as atuais circunstâncias, em consequência de estarem muitas praças em diversas localidades da província, que se acham em idênticas condições. (Ibidem)

Na ocasião, foram expedidas ordens para colocar à disposição do delegado municipal de Laranjeiras uma força da Guarda Nacional para a extinção dos quilombos ali existentes.

Recrutar homens e preparar uma diligência para combater os mocambos não era tarefa das mais fáceis. Muitas vezes, devido à demora e à burocracia nos preparativos, as ordens e as discussões das estratégias a serem empreendidas tinham início em um governo e o real envio das tropas só era realizado em outro.

Uma constante nos relatórios presidenciais da província sergipana era a discussão acerca da caótica situação da Guarda Nacional na província. Em março de 1871, o major comandante do corpo de polícia escreveu sobre a falta de segurança em que se encontrava a província de Sergipe D’el Rey, atribuindo essa realidade à carência de soldados para por fim aos horrorosos fatos produzidos pelos quilombolas.

Os periódicos também reclamavam constantemente dessa falta de segurança. Através do *Jornal do Aracaju*, datado de quatro de fevereiro de 1872, a população tomou conhecimento de um ofício enviado pelo então Secretário de Polícia Joaquim Barbosa Lima ao Presidente Luiz Álvares de Azevedo, em que relatava as dificuldades enfrentadas pelo poder policial no combate à criminalidade na província.

Segundo o ofício do dia 25 de janeiro de 1872, o cidadão José Bernardino fora atacado por 11 salteadores, todos muito bem armados e com montarias, por volta das seis horas da tarde. Esfaqueado e alvejado com um tiro no braço direito, Bernardino fora enviado ao Hospital de Caridade de Laranjeiras, já em estado de convalescença. O Secretário de Polícia ainda lamentava o estado em que se achava esta província, “invasa por criminosos

de outras províncias pelo lado do norte, e perseguida pelos escravos fugidos, que formam quilombos em diversos lugares”. (Idem, n° 225: 02)

Uma vez mais, o medo esteve latente nas folhas do *Jornal do Aracaju* em março de 1872. Neste, a segurança individual e da propriedade encontrava-se ameaçada novamente. O Chefe de Polícia relatava sobre “o terror em que se encontram vários pontos importantes da província”. (Idem, n° 246: 04)

Lembrava da experiência vivenciada pelo cidadão José Bernardino ao se deparar com diversos salteadores nas terras do engenho Cafuz, em Laranjeiras. Na diligência enviada para prender tais criminosos, por pouco o comandante não foi atingido por uma punhalada.

A cidade de Rosário encontrava-se em igual situação, devido ao grande número de fugas e ao medo que estas causavam. Salteadores e escravos fugidos traziam terror à população. Habitantes de prestígio, como o senhor Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, constantemente cobravam providências da autoridade policial local. Segundo o Chefe de Polícia, os bandidos estavam estacionados entre as linhas de Rosário, Pé do Banco, Divina Pastora, Capela, Missão de Japarutuba, Nossa Senhora das Dores, Laranjeiras e Pintos: “Porto da Folha, termo da comarca de Própria, é atualmente o ponto da província, que mais deve prender a atenção da administração da província e da polícia”. (Idem)

Ali, alojaram-se vários criminosos advindos das províncias da Bahia, Alagoas e Sergipe. Montando suas habitações às margens do Rio São Francisco, exatamente na divisa entre as três províncias, conseguiam dispersar-se rapidamente com a chegada das forças repressoras, obrigando assim a haver uma comunicação entre as autoridades destas províncias no intuito de liquidar tal mal.

O Presidente da Bahia disponibilizou, no termo de Jeremoabo, uma força policial com mais de cem praças. O presidente de Alagoas alocou “uma força considerável de mais de 80 praças, dirigidas pelo próprio comandante da polícia”. (Ibidem)

A província sergipana mandou para o termo de Porto de Folha, uma força policial de apenas 18 homens, “comandados pelo distinto capitão Deocleciano Aurélio de Menezes”. (Ibidem)

O governo alagoano emprestou uma companhia contendo 20 praças para auxiliar as forças repressoras de Sergipe.

Discutidos todos os planos e estratégias, e tomadas as devidas providências, as tropas marcharam ao encontro dos criminosos. Na batida, apenas dois homens foram capturados, “um criminoso e um recruta”, este último provavelmente um desertor que se foi unir aos criminosos por temer o recrutamento para os campos de batalha paraguaios.

Após as batidas, o bando voltou a atacar. Desta vez, a vítima foi o guia Pedro, que conduziu as tropas repressoras até ao ponto onde os salteadores estavam alojados.

“Mataram-no barbaramente, fazendo propalar que darão o mesmo destino a todo aquele que servir de guia as forças estacionadas ali”.(Ibidem)

Nos relatos do Secretário de Polícia, ocorreu a aglutinação de homens brancos (foragidos da lei) com escravos fugidos das senzalas nas ações criminosas. Como a fuga representava uma ameaça à ordem escravista, e a partir desse momento eram considerados malfeitores e bandidos, não era incomum que pessoas livres, perseguidas pela justiça se juntassem a esses negros em busca de abrigo e proteção.

Essas alianças eram de suma importância para a manutenção da liberdade. Outros indivíduos se aliaram na dinâmica estabelecida pelos calhambolas. Estes procuravam fixar-se em áreas não muito distantes de locais onde pudessem estabelecer trocas comerciais, conseguindo assim permutar com vendeiros os produtos oriundos dos furtos e saques. Os ranchos eram levantados nos arredores das matas dos engenhos. Essa proximidade, à primeira vista ousada, propiciava uma maior comunicação entre os negros fugidos e os remanescentes das senzalas, dificultando assim a ação das diligências repressoras.

Em março de 1872, o *Jornal do Aracaju* trouxe a seguinte nota a respeito dessas alianças:

A amizade e a proteção que quase todos os escravos dos engenhos votam aos quilombolas são sérios obstáculos: dão não só aviso como guardiã no caso de qualquer emergência, mesmo dentro das senzalas. (Ibidem)

Essa particularidade dos mocambos sergipanos é tida como um dos principais motivos da vitaliciedade e constância desses núcleos na história escrava da província.

Segundo Clóvis Moura e Décio Freitas, os mocambos sergipanos adquiriam caráter predatório,

(...) desenvolviam atividades de guerrilhas, como forma de dar combate aos opressores, e agiam itinerantemente. Para aquisição de comidas, armas e munições - indispensáveis na manutenção da liberdade - assaltavam e saqueavam proprietários e viajantes. (D'ACELINO, Severo. Aracaju: Casa da Cultura AFRO Sergipana, 1994: 04)

A regularidade com que as diligências se embrenhavam nas matas dos engenhos, em busca dos negros aquilombados, fazia com estes vivessem em constante mobilidade, impossibilitando assim o desenvolvimento de uma atividade agrária de subsistência.

A segurança na província, do ponto de vista dominante, encontrava-se abalada. Pedidos de reforços nos destacamentos municipais foram uma constante nos relatórios policiais enviados à presidência da província. Uma parcela da população, amedrontada, assistia perplexa aos crimes que, segundo os documentos oficiais e a Imprensa, sempre tinham como autoria os quilombolas. Estes seriam os principais responsáveis pela falta de segurança individual e de propriedade vivenciada pelos sergipanos.

Uma tristíssima causa vai-se verificando: os escravos assassinam hoje em dia sem o menor motivo, unicamente pelo prazer de terem a deliciosa vida de galés! [...] É isto horrível, mas é verdade. (Jornal do Aracaju, n° 469: 02)

A luta do negro contra a escravidão, todavia, era a luta contra a injustiça e a intolância de uma sociedade débil. O escravo ferido feria. Agredido, agredia. Suas ações eram facetas de enfrentamento de seu processo de coisificação.

O medo faria com que as autoridades policiais do Império e uma parcela livre da população acompanhassem de perto qualquer boataria de levantes de escravos ou de formação de mocambos. Para esses, os núcleos de escravos fugidos representavam uma grande ameaça à ordem vigente. Assustados, viam ameaçada a sua segurança individual e das suas propriedades. *A Síndrome do Medo* (MOURA, Clóvis. Maceió: EDUFAL, 2001: 115) dominava o psicológico dos escravocratas.

Na manhã do dia 20 de janeiro de 1873 foram avistados em um lugar chamado Patióba, termo de Japarutuba, dentro da casa de uma preta africana, dois quilombolas, um de nome Venceslão e outro de nome Rufino. O primeiro fugira do Engenho Coité e o segundo, do Engenho Bom Jardim, termo do Rosário. Dessa vez, os próprios moradores da localidade se arriscaram na tentativa de capturá-los. Ao realizarem o cerco à casa, os negros perceberam a presença dos civis e evadiram-se rapidamente do local, disparando vários tiros das pistolas que levavam em punho. Uma das pessoas que tentavam capturá-los foi gravemente atingida pelos tiros disparados pelo escravo de nome Venceslão. No dia 30 de março do mesmo ano o *Jornal do Aracaju* trazia a notícia da captura, no termo de Rosário, do Africano Venceslão: “um dos chefes mais temíveis dos quilombolas, e contra quem pesam os crimes de assassinato, roubo e outras tropelias por ele praticadas”. (Jornal do Aracaju, n° 364: 01)

O escravo Rufino, considerado um dos mais perigosos quilombolas sergipanos, se entregou poucos meses depois na casa do seu senhor. Sua rendição teria como causa as constantes diligências empreendidas pelo Tenente João Batista na região. Numa das batidas realizada pelo tenente, foram capturados, nas matas do engenho Periperi Novo e Velho, três escravos fugidos. Mais uma vez, devido ao número de praças existentes, não foi possível realizar mais prisões.

Albano, escravo fugido do major José Ribeiro de Souza, assassinou com tiros o senhor José Victal dos Santos e a esposa deste, no termo de Riachão. O motivo que o levou a cometer tal delito: crer que esse casal estava incumbido de efetuar sua captura. O escravo teria prometido ainda retirar a vida de mais quatro pessoas, residentes na mesma vila. Todas elas estariam incumbidas de capturá-lo.

Não se pôde constatar se o escravo Albano cumpriu essa sua promessa. Porém, mais um homicídio lhe seria atribuído. Cerca de dez dias após ter assassinado o casal Victal, Albano mataria nas imediações do rio Pianhy, na mesma vila, o senhor Manoel Pedro Ferreira.

Mais praças foram requisitados para reforçar o destacamento policial de Riachão, para que assim pudesse obter “eficácia da repressão de semelhantes crimes e da prisão, de seus autores”. (Idem, n° 434:10)

Albano entrou para a lista dos quilombolas mais temidos de toda a província.

Os soldados metiam-se nas matas, enfrentando os perigos e as surpresas que essas podiam proporcionar. Destacaram-se na captura dos quilombolas o tenente Jeremias Roberto de Carvalho, o tenente João Baptista da Rocha e o chefe de polícia Manoel José Júnior. Homens aos quais os periódicos não cansavam de tecer elogios aos seus trabalhos.

O agora capitão João Baptista da Rocha continuaria a realizar importantes capturas por toda a província. Dentre elas, destacou-se a captura do escravo Albano. O capitão, juntamente com alguns paisanos, conseguiu capturá-lo na comarca de Lagarto. Retirava-se da vida “erradia” um dos mais temíveis quilombolas sergipanos. Porém, tantos outros continuavam à solta, espalhando medo e insegurança por toda a província, na perspectiva da imprensa e do governo .

O quilombola João Mulungu é tido por alguns estudiosos sergipanos como o herói da resistência escrava na província sergipana. Ele fugiu no ano de 1868 do Engenho Mulungu, termo de Itabaiana, donde derivaria seu sobrenome. Tinha na ocasião entre 17 e 22 anos de idade. Ao evadir-se da casa do seu senhor, Mulungu, juntamente com os escravos José da Silva e Manuel da Hora, formaram o Rancho Boa Vista, no termo de Capela. Iniciava assim a história de um dos mais temidos quilombolas da província de Sergipe D’el Rey.

Parcela da população sergipana, amedrontada, ouvia o ecoar dos crimes cometidos pelo dito escravo e seu bando. Na madrugada de primeiro para dois de agosto de 1874, o cidadão Fernando Manuel Barbosa, proprietário do engenho Sumbinho, no município de Siriri, juntamente com sua família, presenciou momentos de terror ao ver a casa grande ser saqueada. Na ocasião, o dono do engenho acreditava estar “cercado pelo bandido João Mulungu com sua quadrilha de ladrões”.(Idem, n° 53: 04)

Manuel Barbosa e sua família talvez tivessem a certeza que não sairiam vivos daquele encontro. Certamente, já tinham ouvido relatos dos crimes cometidos pelo negro Mulungu. Dias depois, constatariam que quem estava a realizar tais saques no Engenho Sumbinho era o negro Francisco Correia Dantas Coelho, e não o temido quilombola.

Em julho de 1873, o Chefe de Polícia informou ao presidente o paradeiro de João Mulungu e seu bando. Estes se encontravam “residindo na margem do rio Vasa Barris,

junto ao engenho Itaperoá, do termo de Itaporanga” (Idem, n° 398: 01)

A partir do ano de 1874, quase todos os documentos que trataram de quilombolas referiram-se aos crimes cometidos por João Mulungu e seu grupo.

Em primeiro de fevereiro de 1874, um habitante do município de Divina Pastora, sob o pseudônimo de *O Paciente*, escreveu um ofício à presidência da província e ao Chefe de Polícia, revelando e cobrando providências acerca da falta de segurança em que se encontravam. Seus relatos foram publicados no jornal *A Liberdade* duas semanas depois:

Buscam todos um apoio e ninguém o encontra senão nos próprios recursos, os quais, como é fácil compreender, não podem satisfazer e dar tranqüilidade a população culta e muito laboriosa deste município assas, rico pela uberidade dos seus terrenos e digno de melhor sorte.

É tal a condição anômala do município nestes últimos tempos, que parece trazer a reprodução de outras eras em que a justiça se fazia pelo bacamarte. O município de Divina Pastora se acha na posse do salteador João Mulungu. E nem se presume que há exageração neste dizer, e senão que sejam ouvidos os habitantes deste município e em especial desta vila.

O quilombola João Mulungu acaba de estabelecer sua residência com a terrível quadrilha no seu antigo aposento do Eng° Limeira, após a diligência que em pessoa dirigiu o Snr. Dr. Chefe de Policia para os lados do Rosário do Catete. Não tardou em manifestar-se pelos roubos nas fontes de lavar, pelos furtos de cavalos e bois nos pastos dos engenhos, carneiros, perus e mais criações nos quintais das casas desta vila, e pelas freqüentes fugidas dos escravos que são seus seduzidos e escandalosamente ingressam a quadrilha. O terror, o desanimo, a falta de segurança estão na consciência de todos. (Idem, n° 42: 01)

João Mulungu e seus companheiros não seriam os únicos responsáveis pela falta de segurança em que se encontrava aquele município. *O Paciente* assim se referia:

[...] de tudo isto se procura a causa e só ela encontrada (não há duas opiniões), dizem todos, no Juiz Municipal Dr. Jenuino José Gomes, pela maneira porque tem relaxado o exercício do seu cargo, suas tendências em favor dos criminosos pela impunidade dos crimes e o menosprezo com que são tratados os deveres do seu magistério. (Idem)

Quem duvidasse das suas acusações faria o seguinte questionamento:

A este respeito que fale o testemunho do brioso e honrado capitão Rocha, que aqui já esteve como delegado militar em comissão, cujo nome ainda é abençoado de toda esta população pacífica, qual foi a dificuldade maior com que enfrentou no seu empenho contra os bandidos e se não foi justamente, a autoridade do Sr. Juiz Municipal Dr. Jenuino José Gomes? (Ibidem)

Segundo o depoimento do morador de Divina Pastora, o capitão João Batista lhe confessara que muitas das diligências empenhadas na captura de João Mulungu e outros malfeitores malograriam devido ao aviso que o dito Juiz concedia aos quilombolas.

Como se pode constatar, as acusações feitas contra o Juiz Municipal Dr. Jerônimo eram extremamente sérias e severas. Talvez ciente de que poderia receber retaliações, o reclamante utilizava-se do pseudônimo “*O Paciente*” para manter sua verdadeira identidade preservada. Caso as acusações fossem cabíveis, as retaliações poderiam vir tanto do Juiz Municipal, como dos próprios escravos fugidos.

Mulungu e seu grupo continuariam a disseminar o medo entre os divina-pastorenses. A autoridade policial local informou ao Chefe de Polícia mais alguns crimes que teriam como autores os ditos escravos. Além do que, informou da suspeita de eles serem atacados dentro do próprio quartel do município.

Consta-me que o regente desses malfeitores é o celebre quilombola João Mulungu, e o seu imediato é Manoel Jurema.

Hoje chego ao meu conhecimento, que aqueles malfeitores esta preparando-se com muitos quilombolas para invadirem esta Vila, prometendo vir até o quartel com seus companheiros atacarem a força, e já tem prevenido dois quilombos com quinze escravos para esse fim; mas não se pôde ainda capturar aquele malfeitor porque todo o movimento que se dá na vila ele no é sabedor, visto ter sócios nesta vila que se prestam a avisarem a ele. (Ofícios expedidos - AG.1.04 - APES. 13 de janeiro de 1876, doc. 05)

Tomando conhecimento dos crimes cometidos pelos escravos na região de Divina Pastora, o capitão João Batista escreveu, em 14 de janeiro de 1876, ao Chefe de Polícia Vicente de Paula oferecendo-se para realizar a captura do negro Mulungu. Com a experiência de já ter no seu currículo a captura de 53 calhambolas, João Batista ainda dizia que tinha “muito prazer em restar este pequeno serviço a minha Província à V. S^a que tanto tem se esforçado para moralidade dela” (Ofícios: escravos - AG.1.04 - APES. 14 de janeiro de 1876, doc. 06).

O novo Juiz Municipal de Divina Pastora, Manoel Cardoso Vieira, mostrou logo estar mais empenhado que seu antecessor em resgatar a segurança individual e da propriedade naquela região, que há tempo se encontrava esquecida. Assim que soube que o negro Mulungu estava no termo de sua jurisdição, dirigiu-se pessoalmente ao Chefe de Polícia, dispondo-se a auxiliá-lo na captura do dito quilombola. Vicente de Paula, chefe de polícia, assim que soube de tal fato, designou que uma diligência, sob a liderança do capitão João Batista, fosse ao encontro dos quilombolas. O encontro dos dois “Joãos” se deu seis dias após o próprio capitão ter-se colocado disposto a combater Mulungu.

De um lado, João Mulungu, que, segundo os documentos oficiais, era o “mais audas, o chefe dos escravos fugidos”. Do outro lado, o capitão João Batista da Rocha, que também, segundo os documentos da época, “era um oficial sempre pronto para as diligências mais arriscadas que a polícia empreende”. Após cinco dias de incessantes batidas às matas dos engenhos da região, o quilombola foi capturado.

Encerravam-se os quase dez anos de “vida erradia” do negro Mulungu. Capturado, o quilombola foi trazido para Aracaju como um troféu.

Por toda parte em que a intrépida escolta passava com o referido escravo, era vitorizada pelo povo em massa que manifestava ainda francamente o seu agradecimento ao Dr. Juiz Municipal de Divina Pastora, ao capitão João Batista da Rocha e ao alferes Marcolino, os quais acompanharam aquele malfeitor até esta capital onde tem sido objeto de curiosidade. (Typ. do Jornal do Aracaju. P. 11. Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1073/000023.html>>. Acesso em 03 fev 2007)

Levado a interrogatório, foi-lhe perguntado qual o motivo da sua fuga. Respondeu ele que

(...) sendo ainda de pouca idade seu senhor o subcarregava de trabalhos superiores as suas forças e castigando-o às vezes sem razão o fazia com rigor, [...] fugir por não suportar mais a maneira porque seu senhor o tratava, já surrando-o já trazendo lhe ao pé uma corrente e sujeitando-o a pesados serviços como o de botar fogo na fornalha; e efetivamente não mais procurou quem o comprasse e sim entranhar-se pelos matos. (SANTOS, Maria Nely. Aracaju: J. Andrade, 1997: 122)

João Mulungu também confessou que preferia ser enforcado em praça pública a ter que retornar para casa de seu senhor.

Para as forças policiais, a captura de Mulungu representava a vitória branca frente às sublevações negras na província. Sua captura gerou tanta euforia entre as autoridades policiais que Vicente de Paula assim escreveu à presidência da província:

Agora tenho a satisfação de dizer a V. Exc. que considero extintos os quilombos. O mais forte elemento de resistência, o calhambola João Mulungu, de quem geralmente mais se receava, foi capturado [...] (Typ. do Jornal do Aracaju. P. 11. Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1073/000023.html>>. Acesso em 03 fev 2007).

As autoridades da província estavam equivocadas. O aprisionamento de João Mulungu não significou a extinção dos agentes quilombolas das matas da província. Os negros continuariam a fugir e, caçados como animais, mantiveram a disseminação da Síndrome do Medo entre os sergipanos. No combate à resistência negra, continuava o impetuoso João Batista a liderar diligências por toda a região do Cotinguiba. Outros Mulungus estavam à solta!

A luta negra pela liberdade foi uma constante na província de Sergipe D’el Rey. Como modelo de resistência, destacou-se o grande número de fugas do cativo. Contudo, as grandes preocupações das autoridades estavam centradas nas ações dos quilombolas. Os mocambos perdurariam até a abolição da escravatura, em 13 de maio de 1888.

Os negros fugidos da província desenvolveram uma ampla rede informal de comunicação, o que proporcionou a manutenção desses núcleos durante a vigência do regime escravo no território brasileiro.

Os mocambos foram erguidos nos arredores das matas dos engenhos, proporcionando uma maior comunicação entre os assenzalados, fazendo com que muitas das diligências repressoras enviadas para combatê-los os encontrassem abandonados.

Essa rede de comunicação não se restringiu aos escravos que permaneciam nas senzalas: por outro lado, adentraram nesse “campo negro” autoridades locais, senhores de engenho e comerciantes, por temerem serem vítimas dos homicídios praticados. Em Sergipe, os mocambos adquiriram caráter predatório, o que devido a suas ações de rebeldia na manutenção da liberdade fez emergir a Síndrome do Medo.

O fenômeno quilombola em Sergipe, não obteve uma unidade no ato de enfrentamento ao regime escravista, capaz de gerar grandes transformações na relação escravo-senhor. Suas atividades são dimensões do desejo de liberdade e do ódio, nascido e alimentado pelos rigores do cativo e da sua desumana utilização pela economia açucareira.

As atitudes e posturas dos quilombolas muito auxiliaram para que fosse discutida a escravidão e o seu fim.

Recebido em setembro/2007; aprovado em outubro/2007.